

Diretoria de Estudos Macroeconômicos
SEMINÁRIOS DIMAC
| 211 |

**DO NASCIMENTO À MORTE: AS PRINCIPAIS
TRANSIÇÕES**

Ana Amélia Camarano
(IPEA)

Juliana Leitão Mello
(IPEA)

Solange Kanso
(IPEA)

26 de abril de 2006

| 211 |

**DO NASCIMENTO À MORTE: AS PRINCIPAIS
TRANSIÇÕES**

Ana Amélia Camarano
(IPEA)

Juliana Leitão Mello
(IPEA)

Solange Kanso
(IPEA)

26 de abril de 2006

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Coordenação de Seminários de Macroeconomia

Renato Villela

Vera Lucia Saboia (coordenadora assistente)

Normalmente, os textos — trabalhos nem sempre concluídos e apresentados em seminários promovidos pela DIMAC/IPEA — são reproduzidos a partir de originais encaminhados pelo(s) autor(es), sem qualquer revisão, no que diz respeito a seu conteúdo ou sua forma. As conclusões e opiniões emitidas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Tiragem Inicial: 150 exemplares

Informações

seminarios@ipea.gov.br

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51, 16º andar – Centro
20020-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tel.: (0xx21) 3804-8167

Telefax: (0xx21) 2240-0576

<http://www.ipea.gov.br>

DO NASCIMENTO À MORTE: AS PRINCIPAIS TRANSIÇÕES

Ana Amélia Camarano

Juliana Leitão Mello

Solange Kanso

Apresentação

Esta é uma versão preliminar e parcial do primeiro capítulo do livro em preparação no IPEA: *Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?*

1. Introdução

É comum dividir o ciclo da vida em fases que o indivíduo experimenta entre o nascimento e a morte. Estas fases estão dispostas dentro de uma certa seqüência e são previsíveis no que diz respeito ao *timing* (idade) de seu início e/ou encerramento. Nas culturas ocidentais, a preocupação com a divisão da vida humana em fases ocorre desde a Antiguidade (Sheehy, 1996). Estas são marcadas, de um lado, por eventos biológicos, como puberdade, menarca, maternidade, menopausa, viuvez, senilidade etc; de outro, por eventos sociais, como formatura, primeiro emprego, casamento, aposentadoria etc.

Até pouco tempo atrás, o ciclo da vida costumava ser dividido em apenas três idades: primeira (infância e adolescência), segunda (vida adulta) e terceira (velhice). Essa é uma divisão que leva em consideração, principalmente, a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Mais recentemente, tais idades ou fases foram subdivididas considerando as transformações econômicas sociais, culturais e biológicas. Pode-se falar hoje em, no mínimo, sete fases, a saber: Infância, Adolescência, Juventude, Idade Adulta ou Madura, Meia Idade, Terceira e Quarta Idades. A preocupação em dividir a idade adulta em três fases é reforçada também por Sheehy (1996). Ela propõe que esta seja composta por três fases: provisória (18 a 30 anos ou Juventude), primeira fase (30 a 45

anos ou idade adulta) e segunda (45 a 85 anos ou meia idade). A re-divisão das fases vem acompanhada por mudanças expressivas no *timing* e na duração de cada uma delas, a começar pela própria duração da vida.

Na verdade, as mudanças ocorreram em todas as fases não apenas na idade adulta. De acordo com a autora mencionada, está em curso uma verdadeira revolução no ciclo da vida. A infância termina mais cedo e a sexualidade começa mais cedo, a vida adulta começa e termina mais tarde, bem como a própria vida. Isso ocorre não apenas pelo aumento da duração da vida, mas, também, pela rapidez e complexidade das mudanças que estão acontecendo em todo o mundo. Vive-se em meio a uma revolução eletrônica e econômica (Sheehy, 1996), tecnológica e de condições de saúde.

Não se têm dúvidas de que o prolongamento da vida, que beneficia cada vez mais pessoas, conjuntamente com outros fatores, está alterando o mapa da vida como um todo. Por exemplo, no Brasil, em 1980, de cada 100 crianças do sexo feminino nascidas vivas, 22 comemoravam o aniversário de 80 anos. Em 2000, este número praticamente dobrou; passou para 43. Medindo a duração do ciclo da vida pela esperança de vida ao nascer, pode-se observar que ela aumentou em aproximadamente nove anos entre 1980 e 2000. Passou de 62,5 anos para 71,0 anos. Tal prolongamento tem sido acompanhado por uma melhoria nas condições de vida em geral e, principalmente, de saúde e autonomia física e mental.

Como os ganhos na esperança de vida estão sendo distribuídos ao longo do ciclo da vida da população brasileira é a primeira pergunta deste capítulo. A segunda é em quantas fases se pode dividir o ciclo da vida e quais são os processos que marcam a transição de uma fase para outra. A partir disso, pode-se calcular o *timing* (idade) e a duração de cada fase e avaliar se houve mudanças no calendário de eventos do ciclo da vida dessa população entre 1980 e 2000. A perspectiva de ciclo de vida parte da premissa de que os indivíduos experimentam mudanças qualitativas, psicológicas, cognitivas, emocionais e de necessidades que estão associadas a diferentes etapas da vida para as quais se considera a idade dos indivíduos como referência. Geralmente, a análise dos movimentos do ciclo de vida em uma perspectiva quantitativa leva em consideração o "*timing*", o "*quantum*" e a seqüência dos eventos (Billari, 2001).

Assume-se que os principais eventos da vida são freqüência à escola, participação no mercado de trabalho, saída de casa de origem ou constituição do próprio domicílio,

casamento/descasamento, maternidade, aposentadoria e morte. Alguns desses eventos parecem ser inerentes a determinadas idades ou fases da vida. Assume-se, também, que todos eles são bastante influenciados por sexo, raça, regiões geográficas e renda, gerando uma heterogeneidade dentro do ciclo da vida no que diz respeito à delimitação das fases, seus *timings*, duração, seqüências etc. No entanto, este capítulo centrará na análise da população brasileira como um todo.

O presente capítulo analisa as principais mudanças nos eventos mencionados ao longo do ciclo da vida. Está dividido em três seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda, apresenta-se uma descrição dos principais movimentos em direção aos eventos mencionados acima em 1980 e 2000. A terceira detalha as três grandes fases da vida com o objetivo de caracterizá-las, delimitá-las e buscar entender as suas heterogeneidades. Está baseado nas informações provenientes dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 e nas informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde. Foi utilizada a metodologia de coorte sintética dada a disponibilidade de dados, apenas de período.¹

2. Os Principais Eventos que Marcam o Ciclo da Vida: uma visão geral

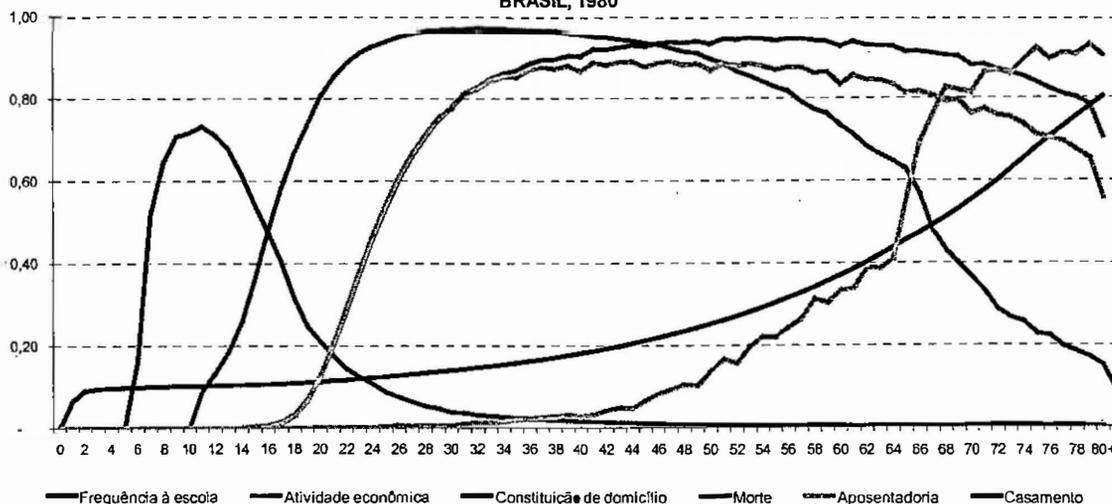
2.1. As transições da população masculina

O Gráfico 1 mostra a proporção de indivíduos do sexo masculino nos principais eventos que caracterizam o ciclo da vida em 1980. Grosso modo, retrata ciclo da vida dividido em três grandes fases de acordo com o papel social predominante dos indivíduos: infância e adolescência ou primeira idade (estudantes) vida adulta ou segunda idade (trabalhadores) e velhice ou terceira idade (aposentados). Pode-se visualizar, também, que casar constituir o seu próprio domicílio² é uma característica importante observada nos homens brasileiros, que é afetada pela idade. A proporção de homens nessas condições passa a ter alguma significância estatística a partir dos 19 anos. Isto sugere, também, uma associação entre os dois eventos, o que parece acontecer até os 44 anos. A partir daí, observa-se um descolamento das duas curvas, sendo a proporção de homens residindo no próprio domicílio mais elevada do que a de casados.

¹As medidas de coorte real requerem uma série longa de dados.

² Por constituição de domicílio, entende-se estar na condição de chefe ou cônjuge no domicílio.

GRÁFICO 1
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 1980



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1980. Elaboração IPEA.

A entrada na escola é um evento característico da infância. Em 1980, a proporções são significativas a partir do 6 anos de idade³ e atinge o ponto de máximo aos 11 anos tanto para homens quanto para mulheres. Ela continuou significativa até os 30 anos para ambos os sexos. A maioria dos homens encontrava-se nesta condição até os 16 anos e as mulheres até os 18. Entre 16 e 59 anos, a maioria dos homens fazia parte da População Economicamente Ativa (PEA), apesar da taxa de participação ter começado a declinar aos 32 anos. Ela atingiu o seu máximo em 97%. Entre 22 e 49 anos, mais de 90% dos homens brasileiro faziam parte das atividades econômicas. A partir daí, a velocidade da redução da taxa de participação foi mais acentuada, mas aos 80 anos ainda se encontrava aproximadamente 10% dos homens inseridos na atividade econômica.

Como mostrado em IPEA (2006), até os 50 anos, a mortalidade era responsável pela maior proporção de saídas masculinas da força de trabalho. A partir dessa idade, a aposentadoria passou a contribuir com a maior proporção de saídas. Conseqüentemente, a maioria dos homens de 65 anos e mais se encontrava aposentada. Apesar disso, 44% deles faziam parte do mercado de trabalho. O decréscimo da taxa de participação no

³ O Censo Demográfico de 1980 só capta informação de quem está freqüentando cursos seriados a partir da pré-escola.

mercado de trabalho é acompanhado do incremento da proporção de aposentados na população. Esta começa a beneficiar homens desde os 43 anos e aos 80, 90% encontravam-se nessa condição. O fato de estar aposentado não significa uma retirada da força de trabalho. Em 1980, 13,6% dos homens aposentados estavam trabalhando. Estes resultados apontam para a dificuldade de delimitar as fases da vida pelos eventos mencionados.

O Gráfico 1 mostra que a proporção de homens na condição de chefes do domicílio ou cônjuge cresce com a idade, atingindo 95% entre 53 e 54 anos. A partir daí, decresce, mas mesmo aos 80 anos ainda se encontram 70% dos homens chefiando os seus domicílios a despeito da idade avançada. Isto se deve, provavelmente, ao fato desses homens serem casados e contarem com uma esposa para cuidarem deles no caso de necessidades.⁴

A comparação entre 1980 e 2000 não aponta para mudanças expressivas no padrão desses movimentos no período (ver Gráfico 2). As grandes mudanças ocorreram no momento em que eles ocorreram e na sua duração. No caso da participação masculina nas atividades econômicas, houve uma redução no *quantum* desta participação. A redução da participação masculina nas atividades econômicas é uma tendência universal e está associada, dentre outros fatores, à diminuição da proporção da PEA na agricultura (Durand, 1975).

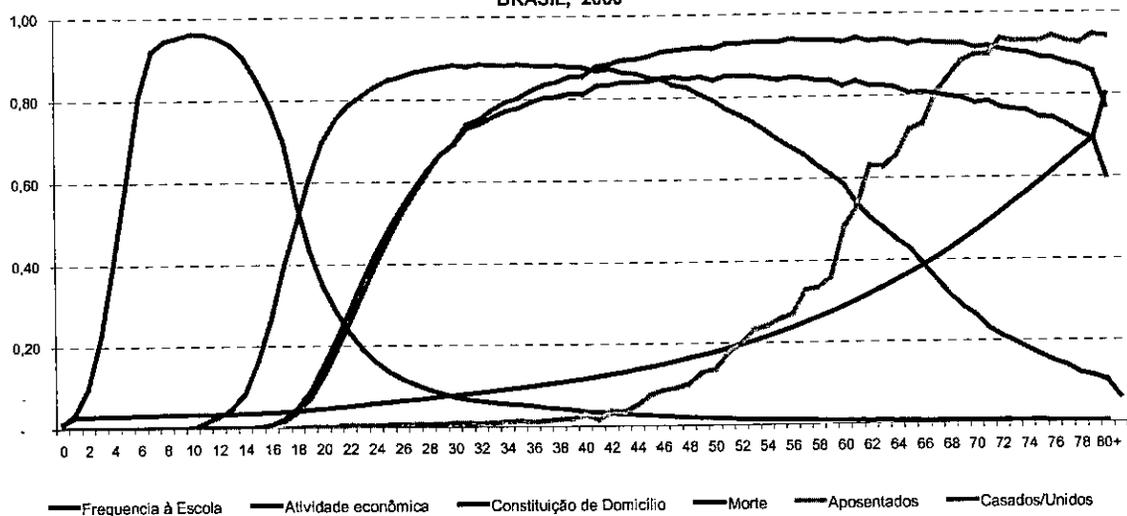
Uma mudança muito importante foi o alongamento da vida, medido pelo aumento da esperança de vida ao nascer, como já mencionado (ver Gráfico 3). Além disto, a entrada na escola passou a ocorrer mais cedo, no mercado de trabalho mais tarde e o retiro profissional (aposentadorias) mais cedo, apesar da vida ter se alongado. A cobertura da Seguridade Social se ampliou. A idade da saída de casa de origem, ao casamento e à viuvez foram adiados.

Conseqüentemente, a duração expressa no tempo médio despendido pelas pessoas nesses eventos também se alterou. Os homens brasileiros estão passando menos tempo nas atividades econômicas, mais tempo na escola e em gozo da aposentadoria. Sugere-se que o menor tempo passado pelos homens nas atividades econômicas não se deve apenas ao maior tempo passado na escola e a um adiantamento

⁴ Ver Camarano (2006).

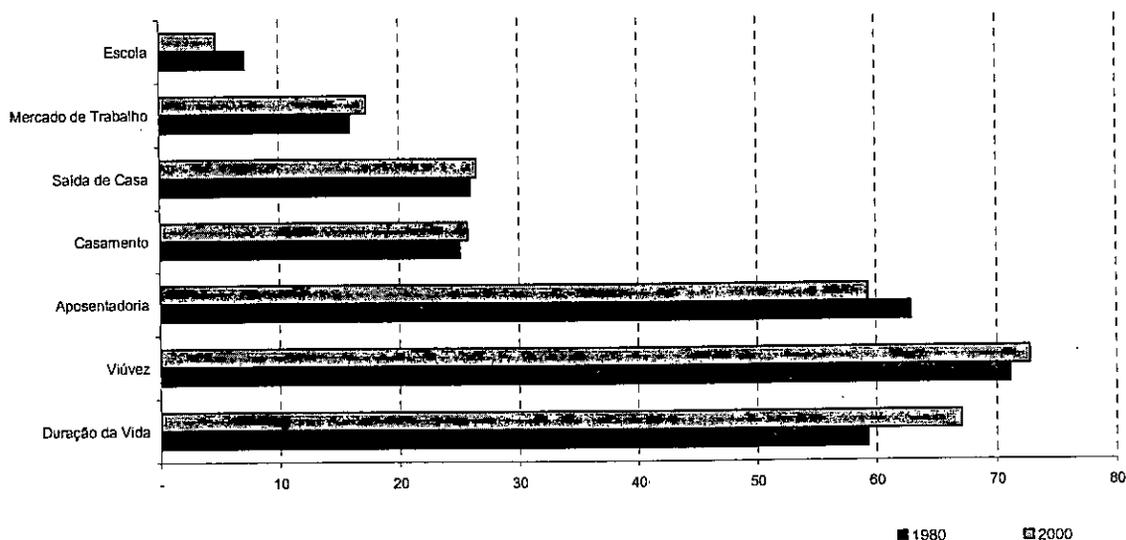
da aposentadoria. Fatores associados ao desempenho do mercado de trabalho devem estar contribuindo, também, para esta redução.

GRÁFICO 2
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



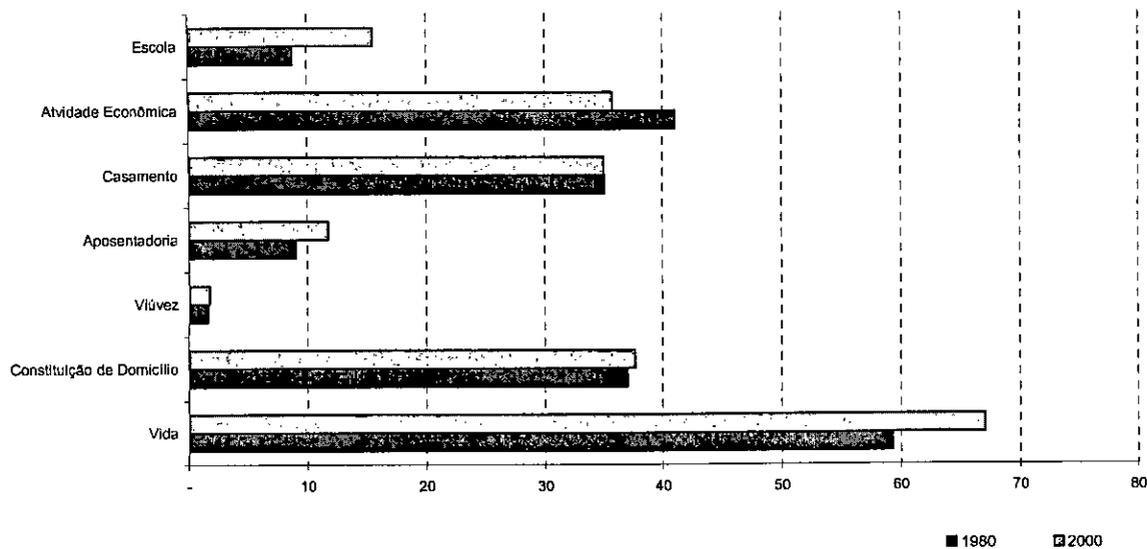
Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 3
IDADE DE ENTRADA EM ALGUNS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DA VIDA
BRASIL - HOMENS



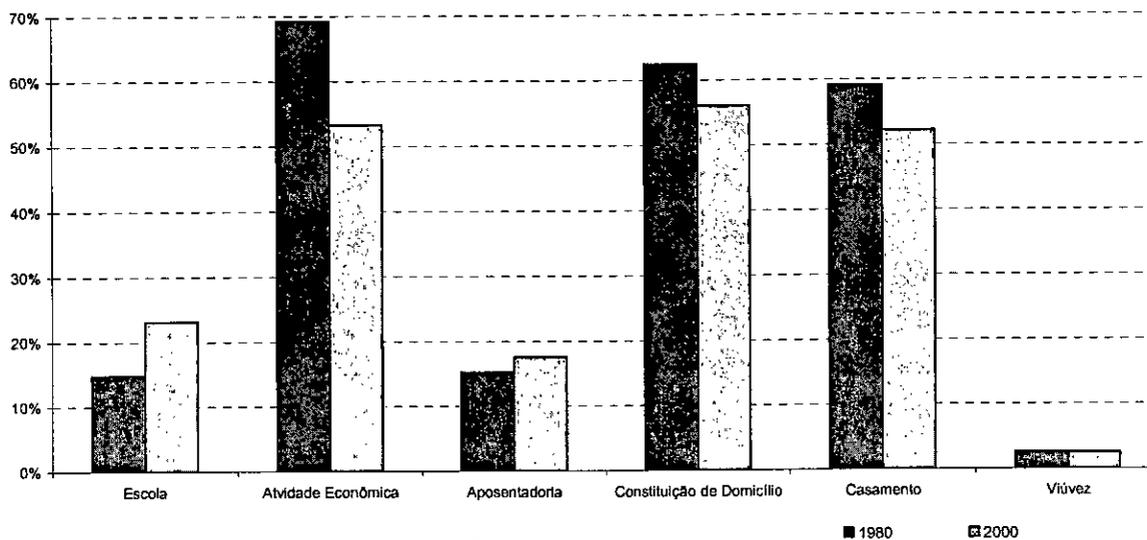
Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 4
DURAÇÃO DOS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DA VIDA
BRASIL - HOMENS



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 5
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DO TEMPO PASSADO EM ALGUNS EVENTOS
HOMENS - BRASIL



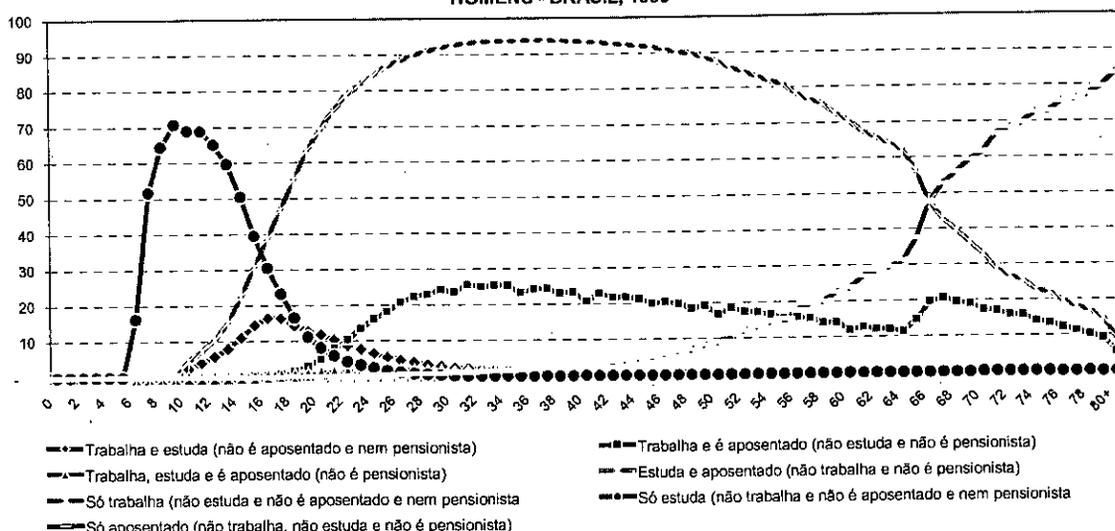
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração IPEA.

Apesar de saírem de casa mais tarde, os homens brasileiros passam mais tempo no seu domicílio. Isto se verifica tanto em termos absolutos quanto relativos. Aos 80 anos, 77% dos homens idosos eram chefes ou cônjuges dos seus domicílios, proporção mais elevada do que os 70% observados em 1980. Os Gráficos 4 e 5 mostram o tempo passado pelos homens brasileiros nesses eventos, em números absolutos e relativos. Estes últimos foram calculados em relação à esperança de vida ao nascer.

Os Gráficos 1 e 2 sugerem que as etapas da vida são claramente definidas pela participação nos eventos mencionados. Ou seja, que uma etapa é subsequente à outra e que há um encadeamento da prevalência desses eventos ao longo da vida. Na verdade, o que se verifica nos Gráficos 1 e 2 é que os homens brasileiros participavam simultaneamente de mais de um evento. Isso é reforçado pelos Gráficos 6 e 7. Esta parece ser uma tendência crescente no tempo e que tem se verificado, também, em outras partes do mundo. Atualmente, pessoas de todas as idades mudam de trabalho com muito mais facilidade e combinam diferentes atividades (Martin e Pearson, 2005). Frequência à escola e participação no mercado de trabalho coincidem para os homens brasileiros dos 10 aos 29 anos em 1980.⁵ Em 2000, esta simultaneidade se estendeu até os 37 anos (Ver Gráficos 6 e 7).

Tanto em 1980 quanto em 2000, desde os 43 anos, já se observa uma simultaneidade entre participação no mercado de trabalho e aposentadoria, simultaneidade esta que cresce com a idade. A legislação brasileira permite que o aposentado retorne ao mercado de trabalho. Isto só não é possível para as pessoas que se aposentam por invalidez.

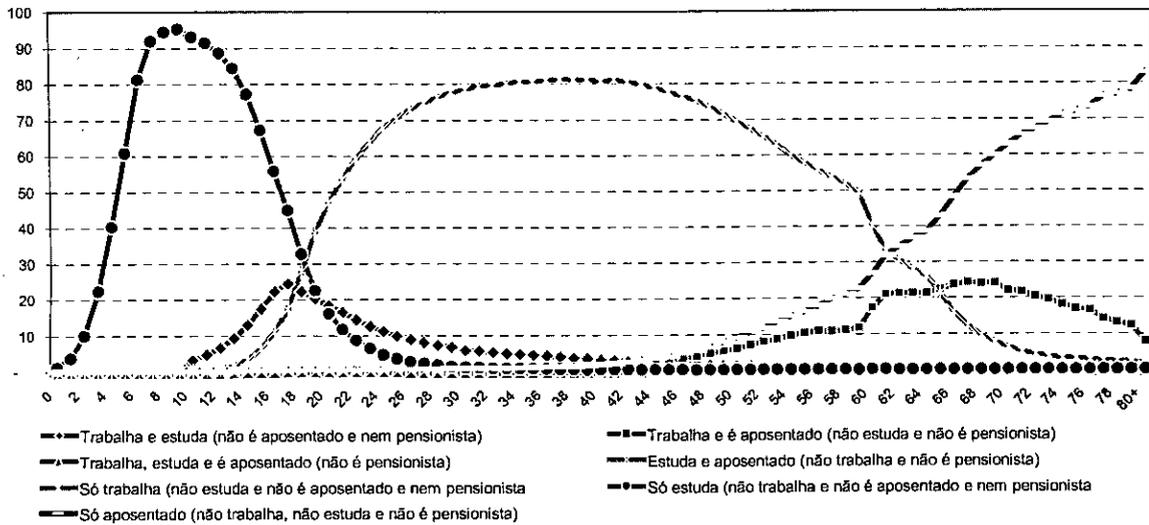
GRÁFICO 6
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE SEGUNDO AS CATEGORIAS
HOMENS - BRASIL, 1980



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico 1980. Elaboração IPEA.

⁵ Foi considerada uma proporção mínima de 5% de participação em cada um dos eventos.

GRÁFICO 7
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE SEGUNDO AS CATEGORIAS
HOMENS - BRASIL, 2000

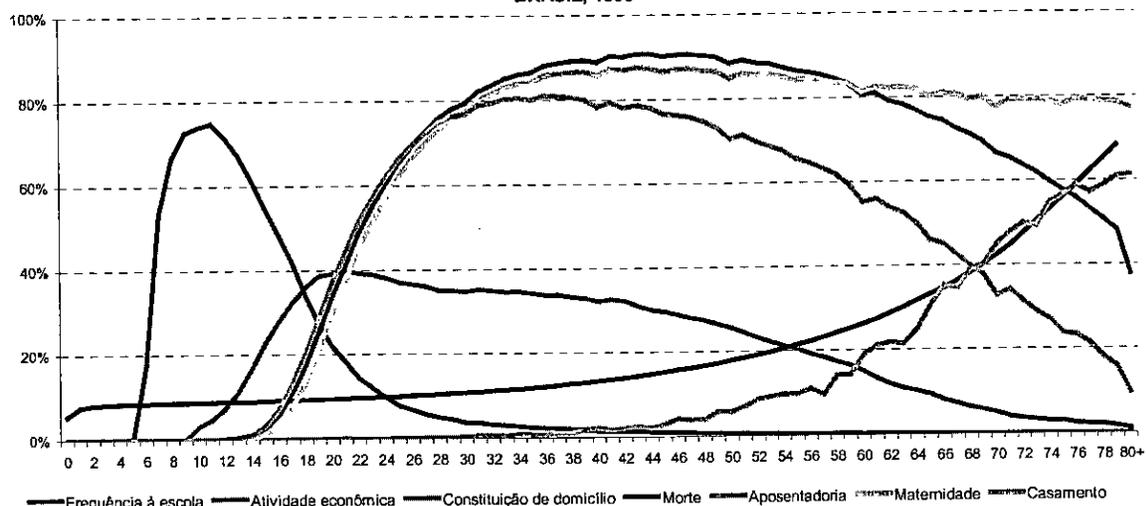


Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico 2000. Elaboração IPEA.

2.2. As transições da população feminina

O Gráfico 8 apresenta a proporção de mulheres nos eventos estudados acima em 1980. Foram incluídas, também, as proporções de mulheres que tiveram filhos, dada a importância da maternidade na participação feminina nas atividades econômicas e no processo de constituição de família. As três fases da vida são, também, bastante marcadas para as mulheres sendo que a última fase é caracterizada não só pela aposentadoria, mas, também pela redução na proporção de mulheres vivendo no seu próprio domicílio e pelo descasamento. Isto se deve ao fato da maior proporção de mulheres idosas ser viúvas, as quais quando necessitada de cuidados vão morar com filhos ou outros parentes.

GRÁFICO 8
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 1980



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1980. Elaboração IPEA.

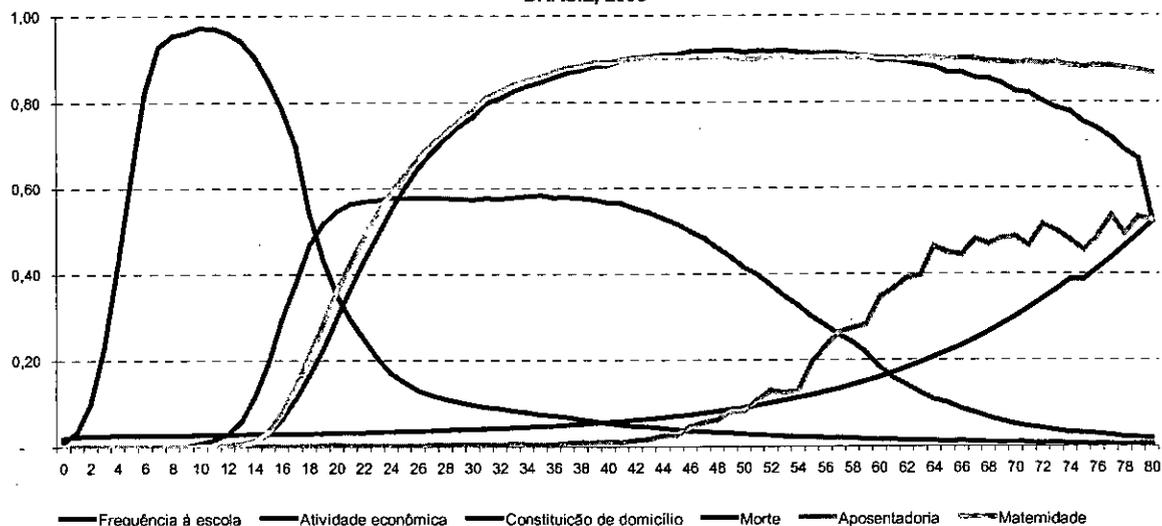
Nesse ano, a sua participação no mercado de trabalho era bastante baixa quando comparada a dos homens, mas a frequência à escola não foi muito diferente. Também, entre as mulheres, esta frequência cresceu até os 12 anos e até os 18 anos ser estudante era o *status* feminino predominante. A participação feminina no mercado de trabalho cresceu até os 21 anos, quando 40% das mulheres aí se encontravam. A partir desta idade, as saídas superaram as entradas. Ser mãe e estar casada passou a ser o papel predominante das mulheres. Esses eventos não são incompatíveis com a participação nas atividades econômicas, mas observa-se que desde os 22 anos as proporções de mães e de mulheres casadas eram mais altas do que a de participantes na PEA e os retiros da PEA por motivos outros que não a morte superaram estas (IPEA, 2006). Casamento, maternidade e constituição de domicílio estavam bastante associados até os 31 anos. A partir desta idade, a proporção de mulheres casadas diminuiu. Aos 65 anos, entre as mulheres predominaram as aposentadas, as mães e, entre as maiores de 68 anos, as viúvas.

As mulheres saem da casa dos pais mais cedo que os homens, mas também deixam as suas casas mais cedo. Em 1980, aos 16 anos 6% das mulheres brasileiras já eram chefes ou cônjuges de seus domicílios. Esta proporção cresceu com a idade atingindo o seu máximo em 91% aos 45 anos. No grupo etário de mulheres de 80 anos e

mais, em 1980, encontravam-se apenas 38% de mulheres nessa condição. Desde os 78 anos, a maior proporção de mulheres idosas viviam em casa de filhos, genros ou outro parentes.

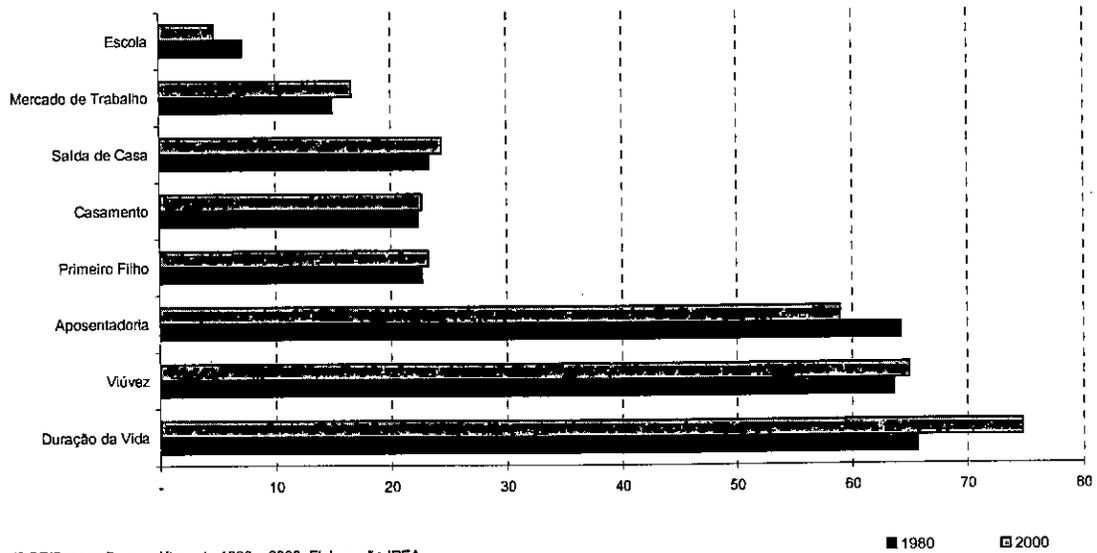
O movimento das mulheres ao longo do ciclo da vida nos 20 anos estudados foi muito semelhante ao dos homens: a vida se alongou, a entrada na escola e na aposentadoria ocorreu mais cedo e a no mercado de trabalho mais tarde. Observou-se, também, um adiamento na idade à saída de casamento, ao casamento, ao primeiro filho e à viuvez. Duas grandes diferenças foram observadas: uma entrada maior de mulheres na atividade econômica e uma permanência mais longa a despeito da entrada mais tarde (ver Gráficos 9, 10, 11 e 12) e o alongamento da vida foi maior entre as mulheres. Conseqüentemente, o tempo passado nos eventos estudados em relação à duração da vida aumentou.

GRÁFICO 9
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



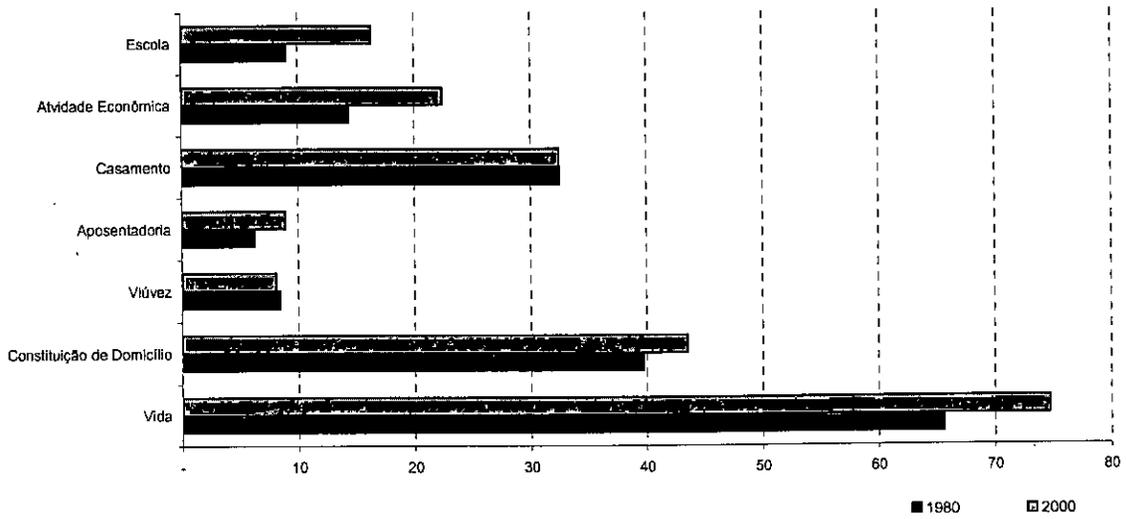
Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 10
IDADE DE ENTRADA NOS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DA VIDA
BRASIL - MULHERES



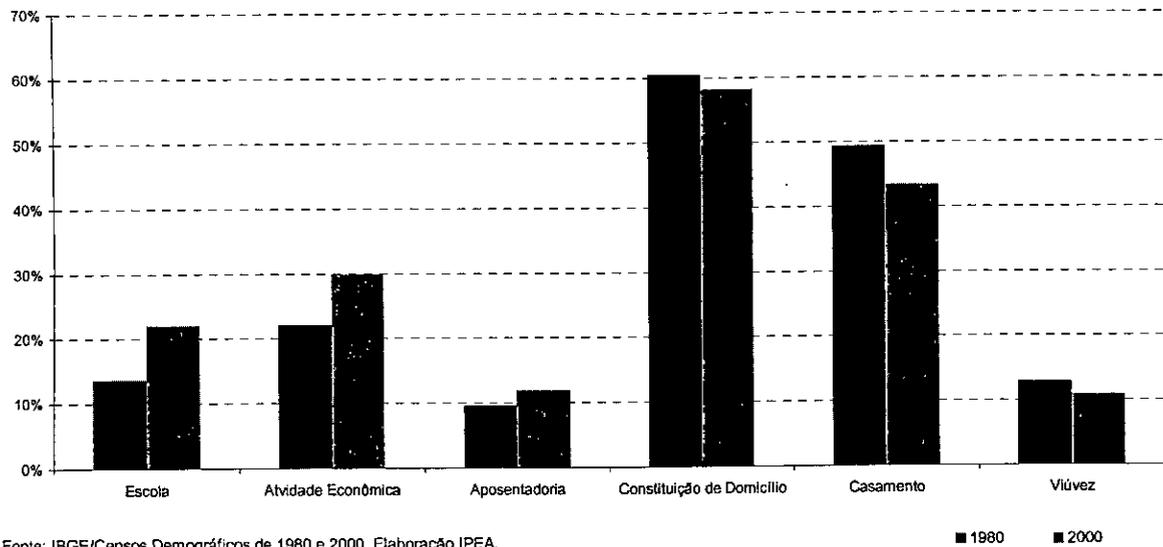
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 11
DURAÇÃO DOS EVENTOS QUE MARCAM O CICLO DA VIDA
BRASIL - MULHERES



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 12
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DO TEMPO PASSADO EM ALGUNS EVENTOS
MULHERES - BRASIL



O incremento na participação feminina ocorreu basicamente entre os 18 e 60 anos. O *status* de estudante predominou entre as mulheres até os 19 anos, um ano a mais do que em 1980. Entre 19 e 23 anos, a maioria das mulheres estava no mercado de trabalho. A partir daí, o papel predominante passou a ser o de mãe; no entanto, as taxas de atividade feminina continuaram a crescer e atingiram o seu máximo aos 35 anos, num nível bem mais elevado do que o observado em 1980 (58% e 40%, 2000 e 1980, respectivamente). Esta taxa ficou aproximadamente constante até os 40 anos, quando começou a decrescer. A partir dos 58 anos, a proporção de mulheres aposentadas era mais elevada que a de participantes da PEA. A proporção de mulheres aposentadas aumentou substancialmente no período, resultado, principalmente, das mudanças na legislação da Previdência rural. O tempo passado na atividade econômica pelas mulheres aumentou em aproximadamente oito anos, não obstante elas terem entrado no mercado de trabalho mais tarde e se aposentado mais cedo.

Uma outra mudança observada no período foi um certo descolamento da curva de fecundidade com a de casamento e constituição de domicílio. Até os 24 anos, o casamento não implicava, na sua totalidade, na saída de casa. Com relação à maternidade, isto ocorreu até os 41 anos. Casamento e maternidade também estavam, parcialmente, dissociados desde os 19 anos. Os descasamentos começam ligeiramente

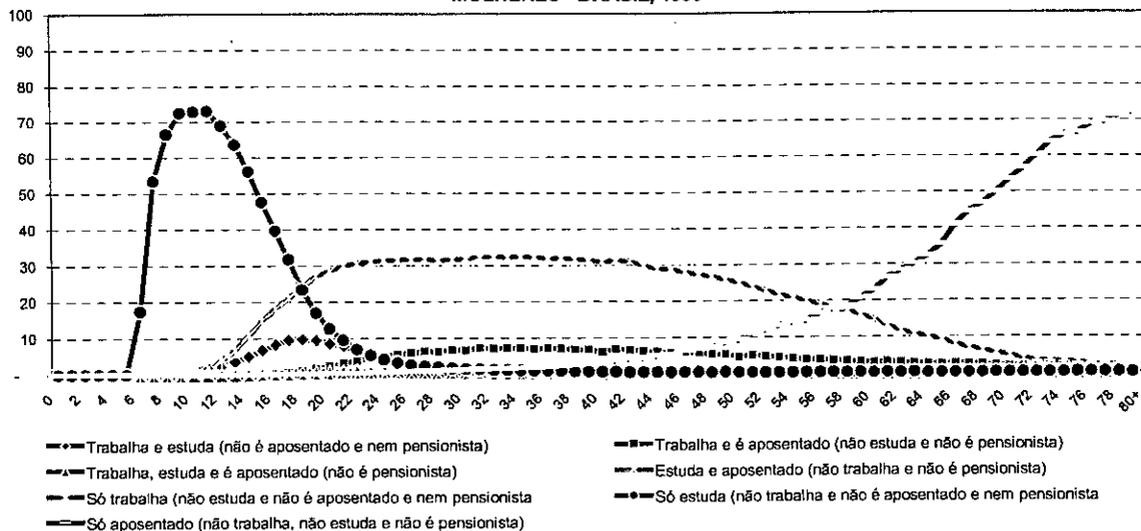
mais cedo, mas a sua duração não foi alterada.⁶ O mesmo ocorreu com a viuvez, o que é, parcialmente, explicado, pela redução da mortalidade.

A partir dos 19 anos, três anos mais tarde, a proporção de mulheres que estava no seu próprio domicílio foi superior a 5%. Esta proporção cresceu até os 63 anos, quando atingiu 94%. Além do ponto de máximo ter alcançado um valor ligeiramente mais alto do que observado em 1980, ele ocorreu 18 anos mais tarde, o que significa que as mulheres estão passando mais tempo no seu próprio domicílio, como mostra o Gráfico 11. Em média, o incremento nesse tempo foi de 3,8 anos. Como consequência, aos 80 anos 53% das idosas de 80 anos e mais ainda eram cônjuges ou chefes de domicílio. Isso sugere que as idosas em idades avançadas de hoje podem estar em melhores condições de saúde e autonomia física e renda do que no passado recente. A partir dos 70 anos, a viuvez passou a ser o *status* conjugal predominante das mulheres idosas.

A participação simultânea nos vários eventos se dá em menor intensidade entre as mulheres que entre os homens, muito embora tenha aumentado entre 1980 e 2000. A combinação de freqüência á escola é mais significativa do que trabalho e aposentadoria. É baixa a proporção de mulheres aposentadas, que continuou trabalhando, 10,9% em 2000. Uma mudança observada nos 20 anos foi a conjugação de trabalho feminino com casamento e fecundidade. De acordo com Soares e Izaki (2002), a mudança mais expressiva na participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas ocorreu entre as mulheres cônjuges. Ou seja, o aumento da participação feminina foi explicado pelo aumento das mulheres com marido e não pelas mulheres chefes de domicílio. Corroborando outros estudos, o nível educacional explicou 59% do aumento da participação feminina (ver Gráficos 13 e 14).

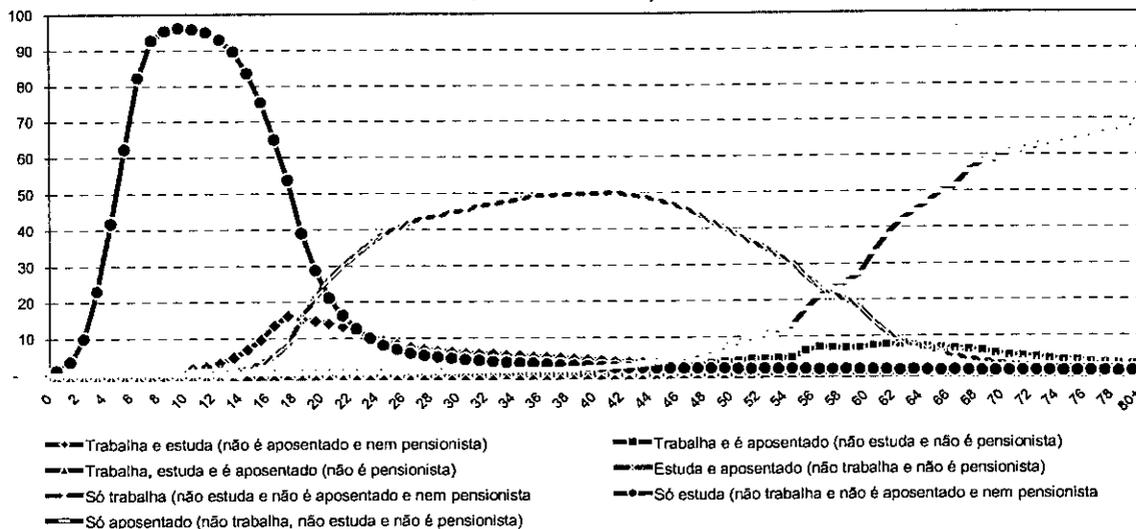
⁶ Como está se trabalhando com dados de período, os resultados incluem os múltiplos casamentos e não levam em conta as interrupções entre um casamento e outro. Isso implica em uma superestimação do número de anos passados no casamento.

GRÁFICO 13
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE SEGUNDO AS CATEGORIAS
MULHERES - BRASIL, 1980



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico 1980. Elaboração IPEA.

GRÁFICO 14
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE SEGUNDO AS CATEGORIAS
MULHERES - BRASIL, 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico 2000. Elaboração IPEA.

Como mostra o Gráfico 10, as mulheres continuam saindo de casa mais cedo que os homens, em uma diferença de cerca de três anos. Esta diferença se mantém até a vida adulta quando começa a convergir e se deve ao fato principalmente de as mulheres se

casarem com homens mais velhos (Berquó, 1998). Observou-se um incremento da proporção de mulheres na condição de chefes e cônjuges entre 1980 e 2000.

Sumarizando, além do alongamento da vida chama-se a atenção para algumas das tendências observadas entre 1980 e 2000: o aumento da frequência à escola, notadamente entre as mulheres; o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a queda da participação dos homens, a expansão da cobertura da Seguridade Social, que beneficiou, principalmente, as mulheres, uma certa dissociação entre casamento/fecundidade e um período pós laboral mais longo.

3. As fases da vida

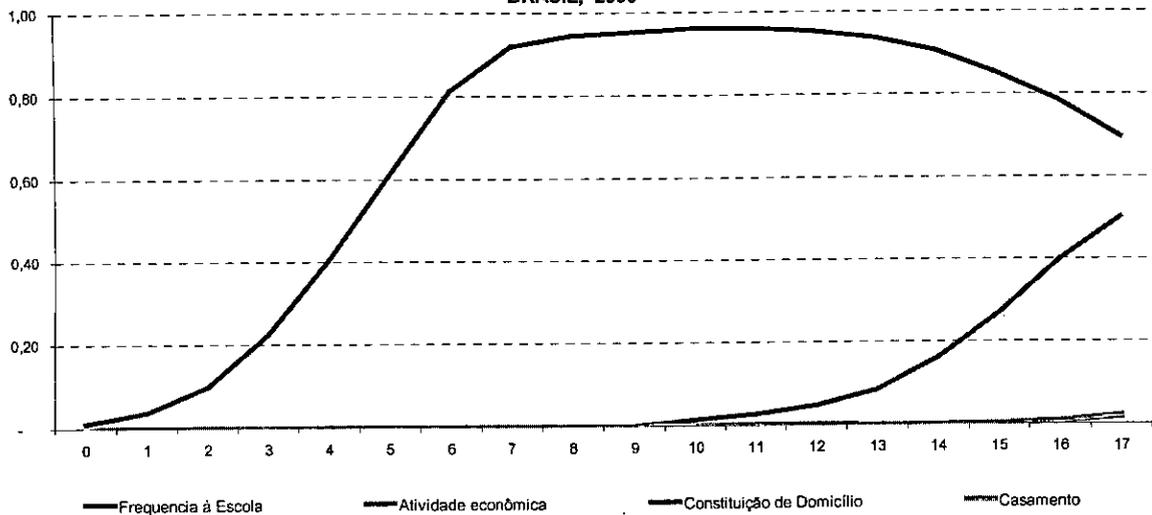
Com base nos resultados acima, apresenta-se uma tentativa preliminar de delimitação e caracterização das fases da vida. Parte-se da classificação tradicional das três fases e utilizam-se os eventos ligados ao mercado de trabalho como parâmetros principais. Chama-se a atenção que essas fases são bastante diferenciadas por sexo.

3.1. Primeira fase

A primeira fase da vida (infância) é tradicionalmente definida como aquela fase onde o papel social predominante é a frequência à escola. Em 2000, este período se estendeu até os 17 anos para os homens e aos 18 para as mulheres.⁷ Na verdade, esta seria a segunda infância, que começaria aos seis anos, quando a frequência à escola passa a ser obrigatória. A primeira infância seria, então, definida pela ausência de papéis sociais e, até, recentemente, por uma mortalidade elevada. No entanto, em proporções bastante baixas, observou-se para 2000 que a frequência à escola é positiva desde o nascimento. O que foi mostrado aqui permite dizer que não só o acesso à escola foi ampliado, como também, as crianças passaram a se inserir no sistema escolar mais cedo. A idade média de entrada na escola em 1980 era de cerca de 7,1 anos, passou a ser de 4,7 anos em 2000. Isso foi observado para ambos os sexos (ver Gráficos 15 e 16).

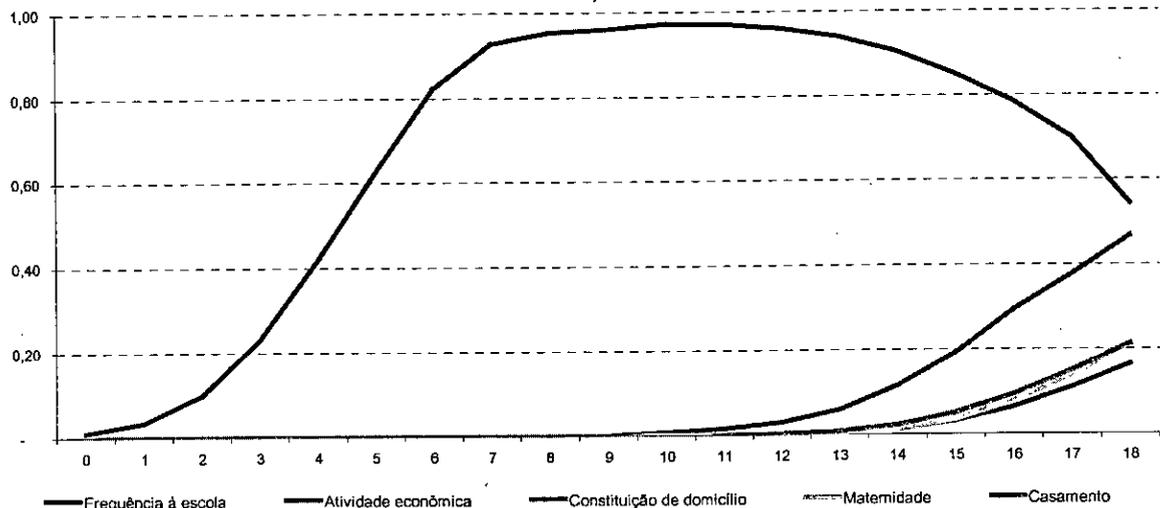
⁷ Aos 18 anos, começa a maioridade tal como definida pelo Código Civil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como criança as pessoas com idade inferior a 12 anos e adolescência como aqueles com idade compreendida entre 12 e 18 anos.

GRÁFICO 15
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO DE 0 A 17 ANOS EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

GRÁFICO 16
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO DE 0 A 18 ANOS EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

Embora a frequência à escola seja o mais importante evento que caracteriza esta fase, pode se observar que desde os 13 anos homens e mulheres já estavam participando do mercado de trabalho. Aos 15 anos, mais de 5% das mulheres já eram

casadas, e/ou tinham tido filhos e constituído domicílio. Esta proporção cresce com a idade e aos 17 anos estava em torno de 15%.

Vários estudos mostram que a sexualidade, medida pela idade à primeira relação sexual, se antecipou tanto para os homens quanto para as mulheres. Utilizando-se dados para uma pesquisa para 1998, Camarano et al (2002) encontraram que a idade se reduziu em 3,8 anos entre a coorte com mais de 40 anos e a de 16 a 19 anos no momento da pesquisa.

Qualquer delimitação de fase da vida tem um certo grau de arbitrariedade. No entanto, os indicadores acima apontam para uma complexidade e heterogeneidade dessa fase da vida, o que leva a propor uma subdivisão em três fases: primeira infância, segunda infância e adolescência.

3.2. Segunda fase

Do que foi visto, acredita-se que a segunda fase da vida ou a vida adulta pode ser caracterizada pela participação no mercado de trabalho e constituição de domicílio. Para Simone de Beauvoir, a vida adulta se define pela independência e responsabilidade. Nas suas palavras: "me pareceu milagroso ter me libertado do meu passado, bastar-me a mim mesma, decidir minha vida; tinha conquistado de uma vez por todas a minha autonomia: nada me deteria".

Para ela, isso aconteceu aos 26 anos, quando já havia se formado na Sorbonne e já estava no mercado de trabalho. Não se tem dúvida de que a situação vivenciada pela Simone de Beauvoir é uma situação "privilegiada", tanto no tempo quanto no espaço social. Não é grande a parcela da população brasileira, que consegue entrar no mundo adulto com um diploma universitário, o que não quer dizer que não tenham feito a transição. Também, na atualidade não é grande a parcela da população que de posse de um diploma universitário consegue uma boa inserção social. O processo de transição para a vida adulta é complexo e heterogêneo, refletindo as diversidades da sociedade.

Independência econômica parece ser um pré-requisito para a entrada no mundo adulto. Assim sendo; a possibilidade de gerar renda para a sobrevivência/independência passa a ser uma condição importante para essa transição, o que significa a entrada no mercado de trabalho. O modelo tradicional de transição para a vida adulta prevê uma

seqüência de eventos que passa pela saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, pelo casamento, e nascimento do primeiro filho, em torno qual se constitui um novo núcleo familiar. Esse modelo de transição baseia-se na estabilidade do mercado de trabalho e das relações afetivas, originando transições, em alguma medida, previsíveis ao longo do ciclo da vida. No entanto, parece que novas formas estão convivendo com as tradicionais, que tem atingido, também, as transições para as demais fases da vida. As novas trajetórias de transição têm sido marcadas pela reversibilidade e pela sincronia das etapas.

Para os homens, entre 18 e 61 anos estar participando do mercado de trabalho era um importante papel social conjugado ao de ser chefe de domicílio e estar casado. Muitos autores definem, por exemplo, a saída de casa, associada ao casamento, como ponto a partir do qual um jovem torna-se adulto (De Vos, 1989; Carneiro, Knudsen e Osório, 2002). No entanto, as trajetórias de vida de hoje parecem mais erráticas que as do passado. Ou seja, observa-se que os jovens, por exemplo, saem de casa, podendo a ela retornar (Pais, 2001). Ou ainda, formam família no domicílio de origem, mesmo não sendo capazes de prover o seu sustento sem auxílio financeiro dos pais. Associado a essas novas formas de transição, muitos jovens saem de casa e permanecem, por curto ou longo tempo, recebendo auxílio financeiro de seus pais ou parentes. Dito isso, parece simplificador tomar a saída de casa como evento único e definidor da assunção do status de adulto (Mello et al, 2004). No entanto, ele mantém-se um indicador importante, pois este evento carrega um simbolismo importante no processo de emancipação e independência dos indivíduos, bem como permanece sendo uma modalidade predominante entre os adultos (Camarano et al, 2004).

A inserção no mundo adulto não ocorre, homogeneamente, dentro o intervalo mencionado. Embora desde os 18 anos, mais da metade dos homens participavam do mercado de trabalho, apenas aos 26 anos, a maioria estava casada e chefiava domicílios, tendo cumprido os requisitos convencionalmente definidos de entrada no mundo adulto. Isto sugere a consideração de uma nova fase dentro da segunda, que tem sido tradicionalmente denominada de Juventude ou, de acordo com Sheehy (1996), de fase provisória.

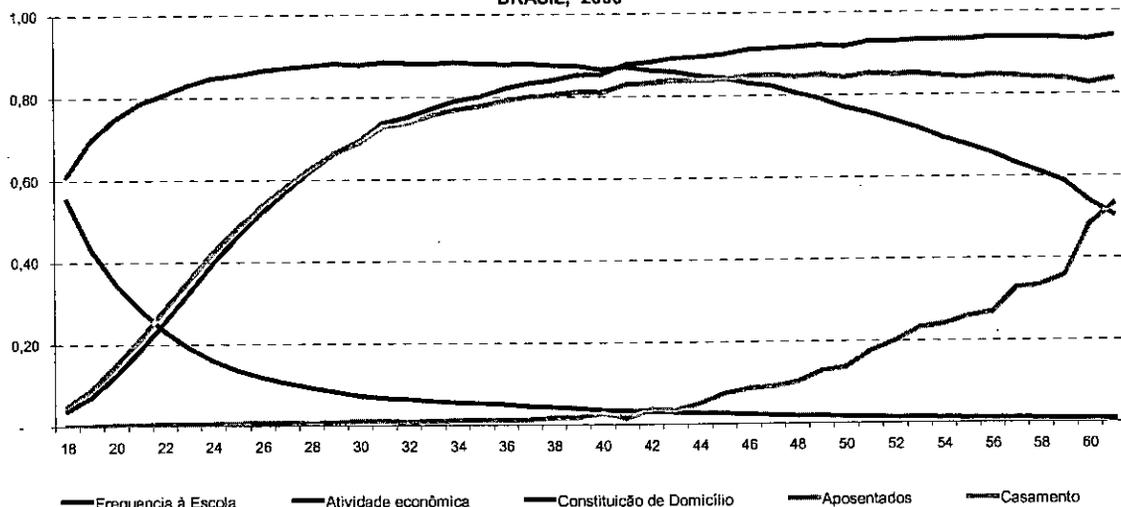
A partir dos 50 anos, as taxas de atividade masculina passam a declinar numa velocidade mais acentuada que a observada em 1980. Embora a proporção de

beneficiários da Seguridade Social tenha crescido muito no período, este crescimento beneficiou mais a população de 59 a 64 anos. Na verdade, já em 1980 as taxas de participação da população brasileira eram consideradas baixa pelos padrões internacionais (Camarano, 1985). A redução na participação masculina não foi acompanhada por uma redução na proporção de homens vivendo no próprio domicílio, mas foi pela de homens casados.

O início da segunda fase da vida das mulheres foi definido como sendo aos 19 anos, não obstante as mulheres entraram no mercado de trabalho antes que os homens. Isso provavelmente se deve à inserção das mulheres, em especial nos grandes centros, em atividades ligadas ao emprego doméstico. A diferença entre a idade média de entrada no mercado de trabalho entre homens e mulheres apresentou uma ligeira diminuição nos últimos 20 anos; passou de 0,9 em 1980 para 0,7 ano em 2000.

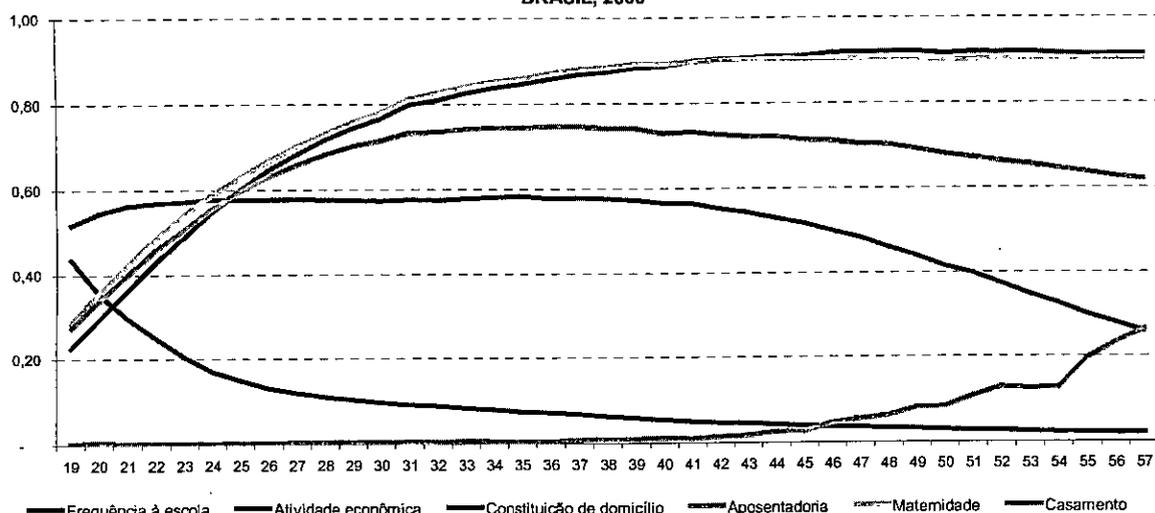
Como no caso masculino, foi considerada a existência de uma fase provisória ou Juventude para as mulheres. Esta seria um período da vida compreendido entre 19 a 24 anos, mais curto do que o masculino. Isto pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo casamento dado que as mulheres se casavam em 2000, em média três anos antes do que os homens. Desde os 26 anos, a proporção de mulheres casadas declina e se descola da proporção de mulheres casadas e das que vivem em seus domicílios (ver Gráficos 17 e 18).

GRÁFICO 17
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO DE 18 A 61 ANOS EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

GRÁFICO 18
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO DE 19 E 57 ANOS EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000.

3.3. Terceira fase

A terceira fase ou velhice é caracterizada pela proximidade da morte, perda de papéis sociais (aposentadoria), aparecimento de doenças crônico-degenerativas, morte do cônjuge (viuvez), e, conseqüentemente, dependência sobre a família. Esta última característica pode ser inferida pela proporção de idosos que não residem em seus domicílios. Moram com filhos, genros e/ou outros parentes.

A velhice ou última fase da vida também se prolongou. A esperança de vida aos 60 anos aumentou 3,3 anos; passou de 15,3 anos para 18,6 anos, ou seja, tem, hoje, a mesma duração da infância e a adolescência juntas. Este aumento foi acompanhado por uma melhoria das condições de saúde (Camarano, 2006). Para homens e mulheres, ela se caracteriza pelo aumento na proporção de aposentados, na probabilidade de morte e redução na participação na atividade econômica (ver Gráficos 19 e 20).

GRÁFICO 19
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO COM 62 ANOS E MAIS EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000

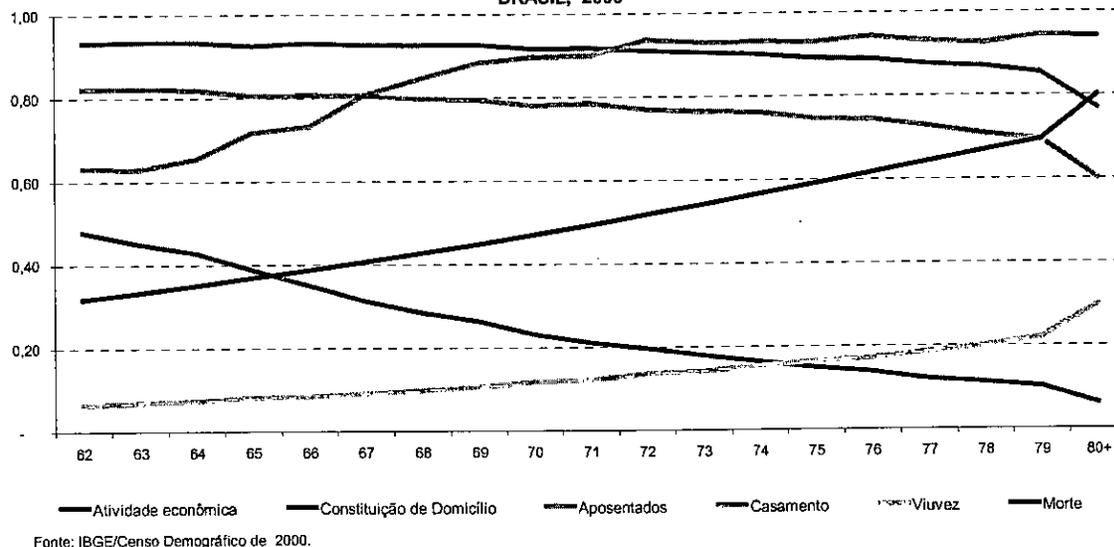
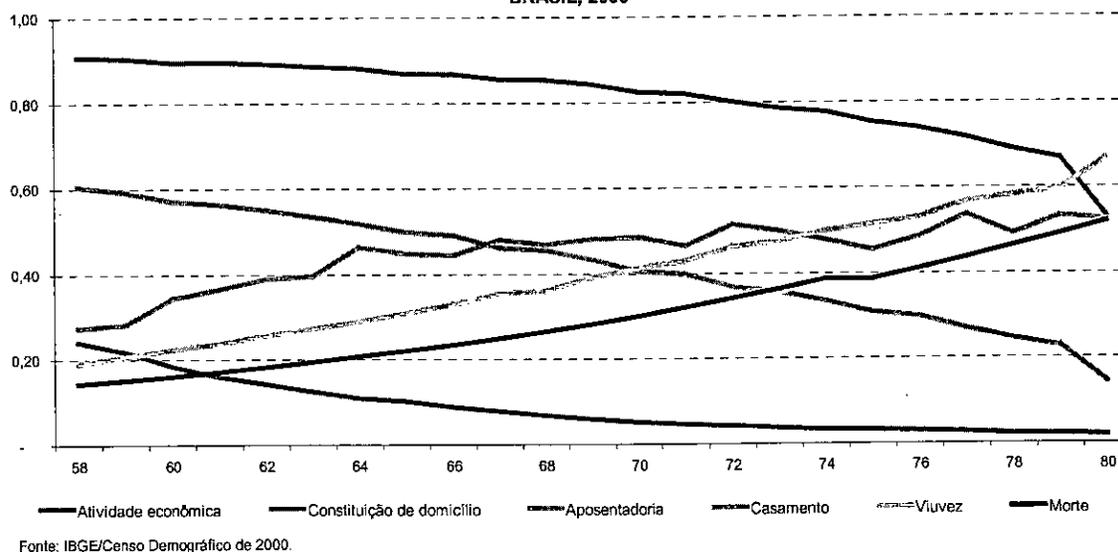


GRÁFICO 20
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO COM 58 ANOS E MAIS EM DIVERSOS
EVENTOS AO LONGO DO CICLO DA VIDA
BRASIL, 2000



As maiores diferenças entre os dois sexos está na proporção maior de homens que vive no próprio domicílio e que continua casado. Já, entre as idosas, diminui em uma velocidade mais acentuada a proporção de mulheres casadas e que vivem no próprio domicílio. Por outro lado, aumentou a de viúvas.

O que parece existir de novo, nesta fase, é um período pós-laboral mais extenso, o que vem acompanhado por melhorias nas condições de saúde (Camarano, 2006). Esse é um processo que tem beneficiado a população idosa de quase todo o mundo⁸ e tem levado a uma mudança de percepção do que venha ser a última etapa da vida. A visão de que esta representa um processo de perdas está sendo substituída pela consideração de que a última fase da vida é um momento propício para novas conquistas e busca de satisfação pessoal. Seria a idade do “preenchimento” de acordo com Laslett (1996).

Até recentemente, a terceira idade classificava os idosos de uma maneira geral. O aumento da longevidade e da qualidade de vida de seus membros levaram a que se considerasse principalmente na Europa e nos Estados Unidos, a existência da quarta idade. A distinção, por exemplo, entre terceira e quarta idades é uma tentativa de ajustar esquemas classificatórios a circunstâncias sociais, culturais, psicológicas e biológicas particulares das sociedades ocidentais. No entanto, não é a quarta idade a categoria nova; é a terceira. Essa categoria visa classificar indivíduos que não são mais enquadrados na idade do trabalho, porém tampouco apresentam sinais de senilidade e decrepitude. Alguns elementos como uma cultura da saúde apoiada por desenvolvimentos tecnológicos na medicina preventiva e curativa e nos hábitos de vida da população, mecanismos de assistência do Estado de bem-estar e modificação nos processos de produção que permitem a incorporação de determinados tipos de trabalhador criaram as condições de surgimento e expansão de uma terceira idade que não é caracterizada por uma saúde debilitada e um processo de pauperização dos indivíduos. Isso se associa à inclusão de indivíduos considerados idosos em diversas esferas da vida social.

Apesar do fenômeno mencionado acima ser mais facilmente observado em países desenvolvidos da América do Norte e Europa, há evidências de sua ocorrência também na América Latina. Debert (1999), por exemplo, indica que o idoso, especialmente a partir da década de 1980, tornou-se um ator político cada vez mais importante na sociedade brasileira, ocupou espaço na mídia e ganhou a atenção da indústria do consumo do lazer e do turismo, o que definitivamente não corresponde a uma idéia da terceira idade como uma fase onde os indivíduos estão excluídos da vida pública.

⁸ Ver OECD (2006).

4. Bibliografia

BERQUÓ, Elza. **Quando, Como e Com quem se casam os Jovens Brasileiros**. In: *Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas*, v. 1. Brasília: CNPD, 1998.

BILLARI, F. "The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood". *Journal of Population Research*, vol. 18, Issue 2, p. 119-142, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição especial 12 anos. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira**. 2006 Rio de Janeiro: IPEA. Textos para Discussão (No prelo).

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1.038).

CAMARANO, Ana Amélia. Caminhos para o Ano 2000: População e Força de Trabalho. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.1, n.1, p. 5-22, jan./jun. 1985.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; NICOLL, Marcelo e CORRÊA, Humberto. **Jovens brasileiros: sexualidade, gravidez e Aids**. Rio de Janeiro, p. 46. 2002 (mimeo).

CARNEIRO, Isabella; KNUDSEN, Lisbeth; OSÓRIO, Rafael. Late-Stayers: Who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. Danish Center for Demographic Research. **Research Report**, 24, 2002.

DE VOS, Susan. Leaving the parental home: patterns in six Latin American countries. In: **Journal of Marriage and the Family**. University of Wisconsin-Madison, n.51, p.615-626, ago. 1989.

DURAND, J. D. **The labor force in economic development**. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 372 p.

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (mimeo).

MARTIN, J.; PEARSON, M. **Time to change**. OECD Observer, France, n.248, p. 7-8, mar. 2005.

MELLO, J. L. et al. **Como chegar à vida adulta: será que existe um único caminho?** Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep, Caxambu — MG, de 20 a 24 de setembro de 2004.

OECD (Organisation for Economic co-operation and development). **Live Longer, Work Longer - Ageing and Employment Policies**. França, Paris – OECD, 2006.

PAIS, José Machado. **Ganhos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro**. Porto: Editora Âmbar, 2001.

SEMINÁRIOS DIMAC¹

(Ano 2001)

- Nº 42 (21 de fevereiro) *Rentabilidade e Custo da Geração de Eletricidade no Brasil*; Ajax R. Bello Moreira, Katia M. C. Rocha e Pedro David; 32p..
- Nº 43 (07 de março) *Crescimento, Poluição e o Protocolo de Quioto: uma Avaliação do Caso Brasileiro*; Eliezer Martins Diniz; 70p.
- Nº 44 (14 de março) *Técnicas de Projeção/Previsão Macroeconômicas*; Cláudio Roberto Contador; 17p..
- Nº 45 (21 de março) *Can Flexible Exchange Rates Still "Work" in Financially Open Economies?*; Gino Olivares e Ilan Goldfajn; 22p..
- Nº 46 (22 de março) *A Agência de Planejamento Econômico, o seu "White Paper" e a Política Econômica no Japão*; Yoichi Okita; 13p..
- Nº 47 (28 de março) *O Cenário Macroeconômico e as Condições de Oferta de Energia Elétrica no Brasil*; Jose Claudio Linhares Pires, Joana Gostkorzewicz e Fabio Giambiagi; 48p..
- Nº 48 (04 de abril) *Considerações sobre a Reestruturação das Instituições Financeiras Públicas*; Carlos Von Doellinger; 09p..
- Nº 49 (11 de abril) *Impacto da ALCA na Agenda Externa Brasileira*; Sandra Polônia Rios; 19p..
- Nº 50 (18 de abril) *Revisitando a Questão do Custo de Bem-Estar da Inflação*; Joe Akira Yoshino; 71p..
- Nº 51 (23 de abril) *Economia Brasileira: Problemas e Perspectivas*; Cláudio Haddad; 37p..
- Nº 52 (02 de maio) *Crescimento e Produtividade no Brasil: o que nos diz o Registro de Longo Prazo*; Regis Bonelli e Edmar Bacha; 44p..
- Nº 53 (11 de maio) *Técnicas Econométricas de Modelagem Estrutural: Opções Gerais e Questões Recentes*; Jean-Louis Brillet; 106p..
- Nº 54 (16 de maio) *Implementação do Sistema de Metas para a Inflação no Brasil e Temas Correlatos*; Joel Bogdanski; Alexandre Antonio Tombini e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang; 29p..
- Nº 55 (23 de maio) *The Impact of Sector-Specific and Economy-Wide Reforms on the Brazilian Agricultural Sector*; Steven M. Helfand e Gervásio Castro de Rezende; 35p..
- Nº 56 (30 de maio) *Segmentação Comportamental de Clientes: uma Aplicação de Redes Neurais*; Helena Gottschalk; 27p..
- Nº 57 (06 de junho) *Estimando o Produto Potencial Brasileiro: uma Abordagem de Função de Produção*; Tito Nícias da Silva Filho; 36p..
- Nº 58 (13 de junho) *Reestruturação do Sistema de Crédito Rural no Brasil*; Guilherme Leite da Silva Dias; 17p..
- Nº 59 (20 de junho) *Estimação do Sistema de Demanda de Consumo Brasileiro*; Seki Asano e Eduardo P. S. Fiuza; 27p.
- Nº 60 (27 de junho) *A Utilização de Redes Neurais para Previsão de Séries Temporais*; Valéria de Lima Roitman e Nelson Francisco Favilla Ebecken; 12p.

1. Os textos relacionados poderão ser solicitados ao IPEA — Vera Lucia Saboia — por e-mail (seminarios@ipea.gov.br), telefone (021-3804 8167) ou fax (021-2240-0576). Se disponíveis, serão enviados imediatamente, desde que o nome, a instituição e o endereço completo (inclusive e-mail e telefone) do interessado sejam encaminhados com o pedido.

- Nº 61 (04 de julho) *Crescimento Econômico, Balança Comercial e a Relação Câmbio-Investimento*; Marco Antônio F.H. Cavalcanti e Cláudio Roberto Frischtak; 39p..
- Nº 62 (11 de julho) *Regulação e o Investimento em Termo Geração no Brasil*; Ajax R.B. Moreira, Katia Rocha e Pedro David; 13 p..
- Nº 63 (18 de julho) *Movimentos em Mercados Emergentes: Volatilidade de Índices das Ações*; Hedibert Freitas Lopes e Hélio dos Santos Migon; 38 p..
- Nº 64 (25 de julho) *Desenho Institucional de Bancos Centrais: Teorias e o Caso Brasileiro*; Fernando Machado Gonçalves; 44p..
- Nº 65 (01 de agosto) *Algumas Implicações do NAFTA para a Participação do Brasil na ALCA*; Renato Baumann e Ana Maria Franco; 28 p..
- Nº 66 (08 de agosto) *Prevendo as Importações Brasileiras: Qual a Melhor Aproximação?*; Marco Antônio F. H. Cavalcanti; 14 p..
- Nº 67 (22 de agosto) *Taxação Eficiente e Equitativa de Bens e Serviços no Brasil*; Seki Asano, Ana Luiza N.H. Barbosa, Eduardo P.S. Fiuza e Takashi Fukushima; 21 p..
- Nº 68 (23 e 24 de agosto) *Sugestões para uma Agenda de Pesquisa em Macroeconomia para o IPEA*; Edmar L. Bacha; 02p..
- Nº 69 (29 de agosto) *Renda, Desigualdade de Renda e Educacional e Participação Política no Brasil*; João Barbosa de Oliveira; 99p..
- Nº 70 (05 de setembro) *Composição da Renda, Fertilidade Endógena e Investimentos em Educação Infantil*; Fernando A. Veloso; 43 p..
- Nº 71 (12 de setembro) *Baixo Dinamismo das Exportações de Produtos Industrializados ou Baixo Crescimento da Produção Industrial?*; Roberto Iglesias; 32 p..
- Nº 72 (13 de setembro) *Evolução da Razão Capital/Produto no Brasil e nos Países da OCDE*; Aumara Feu; 46p..
- Nº 73 (19 de setembro) *Eficiência e Equidade nos Critérios e Instrumentos do Racionamento de Energia Elétrica*; Ronaldo Seroa da Motta; 24p..
- Nº 74 (26 de setembro) *Escolha da Estrutura de Capital de Subsidiárias Estrangeiras: Evidência de Multinacionais no Brasil*; Walter Novaes e Sérgio R. C. Werlang; 35 p..
- Nº 75 (03 de outubro) *Distribuição de Riqueza Imobiliária e de Renda no Brasil: 1992-1999*; Eustáquio J. Reis, Paulo Tafner e Luis Otávio Reiff; 18p..
- Nº 76 (10 de outubro) *Previsão e Análise do Ciclo de Negócios Brasileiro com os Modelos de Hamilton Original e Gerak*; Brisne J. V. Céspedes, Marcelle Chauvet e Elcyon C. R. Lima; 31 p..
- Nº 77 (17 de outubro) *Substituindo o PIS e a COFINS – e Por que Não a CPMF? – Por uma Contribuição Não-Cumulativa*; Ricardo Varsano, Thiago R. Pereira, Erika Amorim Araujo, Napoleão Luiz Costa da Silva e Marcelo Ikeda; 53 p..
- Nº 78 (24 de outubro) *Sistemas Financeiros, Controle Corporativo e Acumulação de Capital*; Michel Aglietta e R. Breton; 28 p..
- Nº 79 (31 de outubro) *Núcleo da Inflação como a Previsão da Tendência Comum Robusta dos Preços*; Ajax R. B. Moreira e Helio S. Migon; 27p..
- Nº 80 (07 de novembro) *Mercosul: Dilema entre União Aduaneira e Área de Livre-Comércio*; Honório Kume e Guida Piani; 22 p..
- Nº 81 (14 de novembro) *Os Ciclos de Investimentos Externos na Economia Brasileira: 1968/2000*; Marcelo José Braga Nonnenberg; 38 p..
- Nº 82 (21 de novembro) *A Política Fiscal tem Efeitos Não Lineares no Brasil?*; Marco Antônio F. de H. Cavalcanti; 28 p..

- Nº 83 (28 de novembro) O Comércio Internacional de Serviços: Impactos de uma Liberalização Adicional; Márcio de Oliveira Júnior; 25 p..
- Nº 84 (05 de dezembro) Um Modelo de Escolha Qualitativa para o Processo de Decisão do Cade em Atos de Concentração; Douglas Pereira Pedra e Lucia Helena Salgado; 55 p..
- Nº 85 (19 de dezembro) *Elasticidades de Armington para o Brasil 1986/1998: estimação com um modelo de correção de erros*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedroso; 14 p.

(Ano 2002)

- Nº 86 (09 de janeiro) *A Dinâmica do Desmatamento e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira*; Lykke E. Andersen, Clive W. J. Granger, Eustáquio J. Reis, Diana Weinhold e Sven Wunder; 21 p..
- Nº 87 (16 de janeiro) *Microsoft Outlook 98: Recursos Básicos — Parte I*; Carlos José de Almeida Pereira; 16 p..
- Nº 88 (06 de fevereiro) *Federalismo e Dívida Estadual no Brasil*; Mônica Mora de Araujo de Couto e Silva; 28 p..
- Nº 89 (20 de fevereiro) *Investimento Direto, Comércio e Integração no Mercosul*; Marta Castilho e Soledad Zignago; 20 p..
- Nº 90 (27 de fevereiro) *Determinantes do Spread Brasileiro: uma Abordagem Estrutural*; Katia Rocha, Ajax R. B. Moreira e Ricardo Magalhães; 10 p..
- Nº 91 (06 de março) *Preço e Competição no Setor Elétrico Brasileiro: Regulamentação e Mercado*; Ruderico F. Pimentel; 41 p..
- Nº 92 (13 de março) *Uma Avaliação dos Dados da PNAD com Respeito à "Previdência Social" — População Ativa e Inativa*; Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoê Sugahara Pinheiro; 57 p..
- Nº 93 (20 de março) *Inércia de Juros e Regras de Taylor: Simulações com um Modelo Novo-Keynesiano*; Dionísio Dias Carneiro e Pedro Garcia Duarte; 28 p..
- Nº 94 (27 de março) *Efeitos Macroeconômicos e Análise de Bem-Estar da Reforma da Seguridade Social no Brasil*; Sergio G. Ferreira; 24 p..
- Nº 95 (03 de abril) *Política de Taxa de Câmbio Ótima, Taxação Ótima Incompleta e Ciclos de Negócios*; Alexandre Barros da Cunha; 30 p..
- Nº 96 (10 de abril) *Estimativa de Estoque de Capital Humano para o Brasil: 1981 a 1999*; Luciane Carpena e João Barbosa de Oliveira; 33 p..
- Nº 97 (17 de abril) *Bens Credenciais e Poder de Mercado: Um Estudo Econométrico da Indústria Farmacêutica Brasileira*; Eduardo P. S. Fiuza e Marcos de B. Lisboa; 73 p..
- Nº 98 (24 de abril) *Sustentabilidade da Relação Dívida/ PIB no Brasil: 2002 a 2005*; Maurício Mota Saboya; 73 p..
- Nº 99 (30 de abril) *O Federalismo Leva a Impostos Excessivamente Altos?*; Michael J. Keen e Christos Kotsogiannis; 11 p..
- Nº 100 (08 de maio) *Crescimento Econômico em Alguns Países Latino-Americanos e da OCDE: 1960-1990*; Luciane Carpena e Manuel Santos; 57 p..
- Nº 101 (15 de maio) *Um Modelo para Análise da Administração da Maturidade da Dívida Mobiliária Federal*; Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti e Napoleão Luiz Costa da Silva; 39 p..

- Nº 102 (22 de maio) *Políticas Comerciais Regionais, Multilaterais e Unilaterais do Mercosul para o Crescimento Econômico e Redução da Pobreza no Brasil*; Glenn W. Harrison, Thomas F. Rutherford, David G. Tarr e Angelo Gurgel; 54 p..
- Nº 103 (29 de maio) *Do Déficit de Metas às Metas de Déficit: a Política Fiscal do Governo Fernando Henrique Cardoso 1995/2002*; Fabio Giambiagi; 39 p..
- Nº 104 (05 de junho) *Competição Tributária na Federação Brasileira: os Incentivos Tributários dos Estados Afetam a Localização do Investimento Produtivo?*; Napoleão Luiz Costa da Silva e Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti; 22 p..
- Nº 105 (12 de junho) *Os Determinantes da Performance Econômica: Competição Econômica e as Fontes do Crescimento*; Pablo M. Pinto e Jeff Timmons; 55 p..
- Nº 106 (19 de junho) *Determinantes das Exportações Brasileiras: Novas Evidências*; Jorge Saba Arbache e João Alberto De Negri; 38 p..
- Nº 107 (26 de junho) *Principais Características do Modelo Macroeconômico do IPEA*; Marco Antônio F. de H. Cavalcanti, Hamilton Kai e Leonardo Carvalho; 71 p..
- Nº 108 (03 de julho) *Modelo Estrutural de Médio Porte para a Economia Brasileira*; Marcelo Kfoury Muinhos e Sérgio Afonso Lago; 65 p..
- Nº 109 (10 de julho) *Administração da Dívida no Brasil: Avaliação do Plano Real e os Desafios à frente*; Afonso S. Bevilaqua e Márcio G. P. Garcia; 50 p..
- Nº 110 (17 de julho) *Gastos Alimentares nas Grandes Regiões Urbanas do Brasil: Aplicação do Modelo AID aos Microdados da POF 1995-1996 do IBGE*; Tatiane Menezes, Fernando Gaiger Silveira, Luís Carlos G. de Magalhães, Frederico Andrade Tomich e Salvador Werneck Vianna; 18 p..
- Nº 111 (24 de julho) *Gerenciamento da Dívida Pública Brasileira*; Rubens Sardenberg; 30 p..
- Nº 112 (31 de julho) *Efeito Vizinhança na Produtividade da Agropecuária e na Ocupação da Amazônia*; Ajax B. Moreira, Marina Paez e Eustáquio J. Reis; 31 p..
- Nº 113 (07 de agosto) *Dívida Soberana com Seleção Adversa: uma Abordagem Quantitativa*; Laura Alfaro e Fabio Kanczuk; 21 p..
- Nº 114 (14 de agosto) *Ocupação Agrícola e Estrutura Agrária no Cerrado: o Papel do Preço da Terra, dos Recursos Naturais e da Tecnologia*; Gervásio Castro de Rezende; 32 p..
- Nº 115 (21 de agosto) *O Brasil e a Economia do Conhecimento*; Sergei Soares; 7 p..
- Nº 116 (28 de agosto) *Elasticidade de Armington para o Brasil: 1986-2001*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedrosa; 45 p..
- Nº 117 (04 de setembro) *Progresso Técnico Embutido no Capital: Distorções e Desenvolvimento*; Samuel de Abreu Pessoa e Rafael Rob; 43 p..
- Nº 118 (11 de setembro) *Integração Financeira Internacional e Crescimento Econômico: Uma Resenha Teórica*; João Carlos Ramos Magalhães; 31 p..
- Nº 119 (18 de setembro) *Inovações na Pauta Brasileira de Comércio Exterior*; Fernando J. Ribeiro e Ricardo Markwald; 14 p..
- Nº 120 (25 de setembro) *Programa de Consórcios e Condomínios para Arrendar Terra – Viva Terra*; Ignez Vidigal, Daniela de Paula, Mauro de Rezende Lopes, Guilherme Soria Bastos Filho e Gregory Honczar ; 10 p..
- Nº 121 (09 de outubro) – *A Política de Preços Mínimos e o Desenvolvimento Agrícola da Região Centro-Oeste* ; Gervásio Castro Rezende; 38 p..
- Nº 122 (16 de outubro) *Impacts of the U.S. subsidy to soybeans on World prices, production and exports*; Antônio Salazar P. Brandão e Elcyon Caiado Rocha Lima; 24 p..

- Nº 123 (23 de outubro) *Os determinantes políticos do comportamento fiscal na América Latina*; Octavio Amorim Neto e Hugo Borsani; 52 p..
- Nº124 (30 de outubro) *Accumulation regimes, macroeconomic structure and capacity utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post Keynesian models*; José Luix Oreiro; 20 p.
- Nº 125 (06 de novembro) *A Reestruturação política do Rio/São Paulo: Padrões de integração global*; Hamilton C. Tolosa; 24 p.
- Nº 126 (13 de novembro) *A Riqueza da Nação: Estimativas do Estoque de Capital no Brasil (1950-1999)*; Eustáquio Reis
- Nº 127 (21 de novembro) *A Participação Feminina no Mercado de Trabalho*; Sergei Soares e Rejane Sayuri Isaki; 23 p.
- Nº 128 (27 de novembro) *A Credibilidade da Política Fiscal: Método de Reputação para Execução das Garantias Fiscais pela União junto aos Estados após o Programa de Ajuste Fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal*; Maurício Soares Bugarin e Henrique Augusto Alancon Pires; 43 p.
- N 129 (10 de dezembro) *Argentina, Brazil and Chile: Seminário Internacional IPEA/OECD*

(Ano 2003)

- Nº 130 (26 de fevereiro) *Um Modelo para avaliação dos impactos macroeconômicos da previdência social*; Marco A.F.H. Cavalcanti
- Nº 131A (15 de julho) *Public debt management in Brazil*, Alessandro Missale e Francesco Giavazzi
- Nº 131B (15 de julho) *Targeting inflation when debt and risk premia are high: lessons from Brazil*, Carlos Favero e Francesco Giavazzi
- Nº 132 (18 de julho) *Economic growth and structural change: notes for discussion*, Jan Kregel
- Nº 133 (07 de agosto) *Regulação do preço da energia elétrica e viabilidade do investimento em geração no Brasil*, Ajax R. B. Moreira, Pedro A M-S David e Katia Rocha
- Nº 134 (15 de agosto) *Modelos de simulação de fusões: aplicação a casos brasileiros*, Heleno Martins Pioner
- Nº 135 (20 de agosto) *Vulnerabilidade à fome no Brasil: dimensão, determinantes e políticas de combate*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 136 (25 de agosto) *O novo projeto de marco regulatório no setor de energia elétrica no Brasil*, Maurício Tolmasquim
- Nº 137 (10 de setembro) *Semiparametric estimation and testing in a model of environmental regulation with adverse selection*, Pascal Lavergne e Alban Thomas
- Nº 138 (25 de setembro) *Uma agenda pós-liberal de desenvolvimento para o Brasil*, Armando Castelar Pinheiro
- Nº 139 (08 de outubro) *Predicting the distributional impacts of macroeconomic shocks: a comparison of the performance of macro-micro models with historical data for Brazil*, Francisco H. G. Ferreira, Philippe G. Leite, Luiz ^a Pereira da Silva, Paulo Picchetti
- Nº 140 (15 de outubro) *Política monetária, inflação e nível de atividade no Brasil (1994-2003): fatos estilizados obtidos por um modelo VAR estrutural*, Elcyon C. R. Lima, Alexis Maka e Brisne J. V. Céspedes
- Nº 141 (22 de outubro) *Condições socioeconômicas, polícia e produção criminal*, Daniel Cerqueira e Waldir Lobão
- Nº 142 (29 de outubro) *Transformações demográficas e o impacto nas políticas públicas*, Ana Amélia Camarano, Kaizô Iwakami Beltrão

- Nº 143 (03 de novembro) *May the pro-poor impacts of trade liberalization vanish because of imperfect information?* Jean Marc Boussard, F. Gérard, M. G. Piketty, A. K. Christensen, T. Voituriez
- Nº 144 (05 de novembro) *Impactos fiscais e atuariais da reforma da previdência*, José Cechin
- Nº 145 (12 de novembro) *Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome*, Sonia Rocha
- Nº 146 (19 de novembro) *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000*, Kaizô Iwakami Beltrão
- Nº 147 (26 de novembro) *A experiência de crescimento das economias de mercado nos últimos 40 anos*, Samuel de Abreu Pessôa
- Nº 148 (03 de dezembro) *Focalização como instrumento para uma política social mais efetiva*, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Patrícia Simões de Carvalho
- Nº 149 (17 de dezembro) *R&D Investment, international trade, and 'home market' and 'competitiveness' effects*, Armando José Garcia Pires

(Ano 2004)

- Nº 150 (15 de janeiro) *Pobreza rural e trabalho agrícola no Brasil ao longo da década de noventa*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 151 (21 de janeiro) *O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90*, Rodrigo Mendes Gandra
- Nº 152 (28 de janeiro) *Criminalidade, pobreza e política de segurança*, Rute Imanishi Rodrigues, Ipea
- Nº 153 (11 de fevereiro) *Populist budgets and long run growth*, Felix Rioja e Gerhard Glomm
- Nº 154 (17 de março) *Electricity crisis and liberalization of markets: some lessons from Brazil and California*, Emílio H. Matsumura
- Nº 155 (24 de março) *Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira*, José Garcia Gasques, Eliana Teles Bastos, Miriam P. R. Bacchi e Júnia C. P. R. da Conceição
- Nº 156 (30 de março) *Brazil's service trade and international trade negotiations*, Aaditya Mattoo e Carsten Fink
- Nº 157 (07 de abril) *Disposição especial de crimes no município de São Paulo*, Alexandre Xavier de Carvalho, Paulo Furtado de Castro, Orjan Olsen e Leandro Piquet Carneiro
- Nº 158 (14 de abril) *Banco multidimensional de estatísticas – BME – Apresentação geral e possibilidades de utilização em pesquisas do IPEA*, Ana Isabel Alvarenga, Carmem Falcão, Márcia Pimentel, Márcio Duarte
- Nº 159 (28 de abril) *Foreign direct investment determinants in developing countries*, Marcelo Nonnenberg e Mario Jorge C. Mendonça
- Nº 160 (12 de maio) *A risk management approach to emerging market's sovereign debt sustainability with an application to Brazilian data*, Márcio Garcia e Roberto Rigobon
- Nº 161A (09 de junho) *Mudanças na Cofins e no PIS-PASEP e a estrutura de incentivos à produção doméstica*, Honório Kume
- Nº 161B (09 de junho) *O impacto da nova Cofins na Economia Brasileira*, Octávio Augusto Fonte Tourinho, Napoleão Silva e Yann Le Boulluec Alves
- Nº 162 (16 de junho) *Sistema de evaluación y monitoreo: un reto de política pública*, Gonzalo Hernández Licona
- Nº 163 (07 de julho) *Challenges in the regulation of brazilian private health insurance*, Carlos Octávio Ocké-Reis

- Nº 164 (14 de julho) *Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?* Fábio Giambiagi, Kaizô Beltrão e Wagner Ardeo
- Nº 165 (21 de julho) *Auction econometrics by least squares*, Leonardo Rezende
- Nº 166 (04 de agosto) *Governo eletrônico e aspectos fiscais: a experiência brasileira*, Mônica Mora
- Nº 167 (11 de agosto) *The impact of policy reforms on rural poverty in Brazil: preliminary evidence from the 1990s*, Steven M. Helfand e Edward S. Levine
- Nº 168 (08 de setembro) *Regime cambial e fiscal sob incerteza*, Antonio Fiorencio e Ajax Moreira
- Nº 169 (15 de setembro) *Contabilizando o crescimento econômico brasileiro — 1940-2002*, Edmar Bacha e Regis Bonelli
- Nº 170 (22 de setembro) *Financiamento de projetos de infra-estrutura pelos fundos de pensão: desenhando um instrumento de baixo risco de crédito e ALM-eficiente*, André Gustavo Morandi da Silva, Eliane Aleixo Lustosa, Luis Claudio Gasparini e Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
- Nº 171 (29 de setembro) *Política monetária e alongamento da dívida pública: uma proposta para discussão*, Murilo Robotton Filho, Adriana Beltrão Dupita e Carlos Kawall Leal Ferreira
- Nº 172 (06 de outubro) *Assessing the impact of environmental regulation on industrial water use: evidence from Brazil*, Arnaud Reynaudz e José Feres
- Nº 173 (13 de outubro) *The term structure of sovereign spreads in emerging markets: a calibration approach for structural models*, Katia Rocha e Francisco A. Alcaraz Garcia
- Nº 174 (20 de outubro) *PPP no Brasil: Gestão de riscos e papel dos fundos de pensão*, Waldery Rodrigues Junior
- Nº 175 (01 de dezembro) *Estimating potential output: a survey of the alternative methods and their applications to Brazil*, Nelson H. Barbosa-Filho
- Nº 176 (15 de dezembro) *Inovação e padrões tecnológicos na indústria brasileira*, João Alberto De Negri e Mario Sergio Salerno

(Ano 2005)

- Nº 177 (19 de janeiro) *Understanding, evaluating and selecting voting rules through games and axioms*, Danilo Coelho
- Nº 178 (02 de fevereiro) *Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil*, Antonio Salazar Pessoa Brandão, Gervásio Castro de Rezende e Roberta Wanderley da Costa Marques
- Nº 179 (16 de fevereiro) *Entrepreneurship and liquidity constraints in deprived areas: evidence from the slums of Rio de Janeiro*, João Pedro W. de Azevedo
- Nº 180 (23 de fevereiro) *Political economics of the domestic debt in nineteenth-century Brazil*, William Summerhill
- Nº 181 (02 de março) *1. The evolution of international output differences (1960-2000): from factors to productivity. 2. On the tyranny of numbers: east asian miracles in world perspective*, Pedro Cavalcanti Ferreira, Samuel Abreu Pessoa e Fernando A. Veloso
- Nº 182 (09 de março) *Uma interpretação econômica da história do Brasil*, Eustáquio José Reis
- Nº 183 (30 de março) *Saúde e saneamento no Brasil*, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Ronaldo Seroa da Motta
- Nº 184 (13 de abril) *Modelo fatorial linear macroeconômico de estrutura a termo da taxa de juros: aplicação para economias abertas e pequenas*, Marcos Antonio Coutinho da Silveira

- Nº 185 (20 de abril) *Reelection incentives and political corruption: evidence from Brazilian audit reports*, Claudio Ferraz, Frederico Finan
- Nº 186 (27 de abril) *Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação*, Maurício Cortez Reis e José Márcio Camargo
- Nº 187 (04 de maio) *Valor da opção de investimento (exportação) e volatilidade cambial*, Roberto Siqueira e Ajax R. B. Moreira
- Nº 188 (11 de maio) *Measuring economies of vertical integration in network industries: an application to the water sector*, Serge Garcia, Michel Moreaux e Arnaud Reynaud
- Nº 189 (25 de maio) *Medidas da condição da política monetária no Brasil*, Brisne J. V. Céspedes, Elcyon C. R. Lima, Alexis Maka e Mário J. C. Mendonça
- Nº 190 (01 de junho) *Estoque de Capital Privado nos Municípios Brasileiros — 1970-1985* Eustáquio Reis, Kleper Magalhães, Márcia Pimentel, Mérida Medina
- Nº 191 (21 de setembro) *Produto potencial: conceitos, métodos de estimação e aplicação à economia brasileira*, José Ronaldo de Castro Souza Júnior
- Nº 192 (22 de setembro) *A Escolha da Idade da Aposentadoria*, Marcelo de Sales Pessoa
- Nº 193 (05 de outubro) *“A remuneração de redes nas telecomunicações e a nova orientação a custos: avaliação e perspectivas para a telefonia fixa brasileira”*, Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança
- Nº 194 (19 de outubro) *Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola e seus efeitos adversos sobre o emprego agrícola e a agricultura familiar no Brasil*, Gervásio Castro de Rezende
- Nº 195 (26 de outubro) *Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da dívida estadual e municipal*, Mônica Mora e Fábio Giambiagi
- Nº 196 (09 de novembro) *Salário mínimo e distribuição de renda*, Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho
- Nº 197 (16 de novembro) *Tributação e integração econômica na América Latina: perspectivas de reforma*, Luiz A. Villela
- Nº 198 (23 de novembro) *Welfare and growth effects of alternative fiscal rules for infrastructure in Brazil*, Pedro Cavalcanti Ferreira
- Nº 199 (30 de novembro) *The emergence of China: opportunities and challenges for Latin America and the Caribbean*, Maurício Mesquita Moreira
- Nº 200 (02 de dezembro) *Measuring and analysing sovereign risk with contingent claims*, Dale Gray

(Ano 2006)

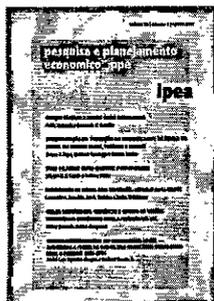
- Nº 201 (18 de janeiro) *Benchmark para a Dívida Pública: Duas propostas Alternativas*, Mariana Lopes e Rodrigo Cabral
- Nº 202 (01 de fevereiro) *Reproduzindo os Momentos dos Retornos dos Ativos Brasileiros com Aversão a Desapontamento Generalizada*, Marcelo Pessoa, Marco Bonomo e René Garcia.
- Nº 203 (08 de fevereiro) *Time Series Econometrics in a Post-Acquisition Antitrust Analysis: Causality, Explanatory Power and Structural Break in Brazilian Iron Ore Market*, Eduardo P. S. Fiuza e Fabiana F. M. Tito
- Nº 204 (15 de março) *Um estudo sobre as filas para transplantes no Sistema Único de Saúde Brasileiro*, Alexandre Marinho
- Nº 205 (22 de março) *Inflação e nível de atividade no Brasil: estimativas da Curva de Phillips*, Leandro Nascimento Brito

- Nº 206 (29 de março) *Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil*, Mauricio Cortez Reis
- Nº 207 (05 de abril) *A participação do agronegócio no PIB brasileiro: controvérsias conceituais e propostas metodológicas*, Maurio Virgínio de Sena e Silva e Marcelo José Braga Nonnenberg
- Nº 208 (13 de abril) *Guide to the demographic module for poverty analysis and projection (DMPAP) na excel work book with na application to Venezuela*, Ralph Hakkert
- Nº 209 (17 de abril) *The effect of pre-primary education on primary school performance*, Samuel Berlinski, Sebastian Galiani e Paul Gertler
- Nº 210 (19 de abril) *Seguridade mercado de trabalho e competitividade: em busca de simbiose*, Milko Matijascic

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

- ASSINATURA
 EXEMPLARES AVULSOS



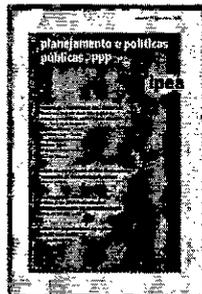
**REVISTA DE PESQUISA
E PLANEJAMENTO
ECONÔMICO**
PPE - quadrimestral

assinatura anual
R\$ 58,00 (Brasil)

exemplar avulso
R\$ 15,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00



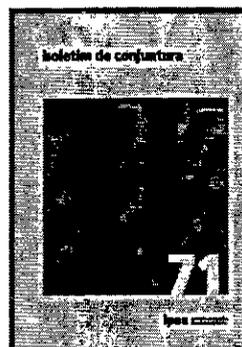
**REVISTA PLANEJAMENTO
E POLÍTICAS
PÚBLICAS**
PPP - semestral

assinatura anual
R\$ 39,00 (Brasil)

exemplar avulso
R\$ 15,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00



**BOLETIM DE
CONJUNTURA**
BC - trimestral

assinatura anual
R\$ 60,00 (Brasil)

exemplar avulso
R\$ 11,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00

TOTAL EM R\$

,00

EXEMPLARES AVULSOS

CÓDIGO	TÍTULO	QUANTIDADE	RS
*envio para outros estados			SUBTOTAL
obs.: antes do encaminhamento do pedido, solicitamos contato prévio para verificação da disponibilidade de estoque e informações sobre o valor do sedex.			CUSTO DO SEDEX*
			TOTAL GERAL

SEUS DADOS

nome setor

endereço cep

bairro cidade estado

telefone ramal fax e-mail

0 xx () / 200__

data assinatura

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 16º Andar
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20020-010
www.ipeadata.gov.br

IPEADATA *online*, atendimento ao usuário:
ipeadata@ipea.gov.br

ipeadata *online*

IPEADATA *online*,
a economia brasileira na Internet!

- base de dados macroeconômicos
- 3 mil séries tratadas na mesma unidade monetária.
- **temas:** população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, preços, juros, câmbio, balanço de pagamentos e economia internacional
- sistema amigável para pesquisar e extrair dados, construir tabelas e gráficos e realizar transformações matemáticas e estatísticas

Um poderoso instrumento para análises de conjuntura e estudos econômicos!

